

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	21
INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO 1 – O TRABALHO INFANTIL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS	27
1.1 Primeiros registros	28
1.1.1 A Revolução Industrial e seus reflexos na exploração do trabalho infantil na Europa.....	30
1.2 A história do trabalho infantil no Brasil	36
1.2.1 Contexto histórico-sociológico.....	36
1.2.2 Histórico legislativo	45
1.3 Conclusões parciais.....	60
CAPÍTULO 2 – O DIREITO FUNDAMENTAL DE NÃO TRABALHAR ANTES DA IDADE MÍNIMA E O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL	63
2.1 O reconhecimento da dignidade humana da criança e do adolescente e o princípio constitucional da proteção integral.....	63
2.2 A normatividade dos princípios.....	71
2.2.1 O princípio da proteção integral.....	77
2.3 A atuação normativa da organização internacional do trabalho e a incorporação de suas convenções no direito interno.....	80
2.3.1 Instrumentos normativos da organização internacional do trabalho.....	85
2.4 A convenção interamericana e as formas de trabalho proibidas aos adolescentes.....	88
2.5 Conclusões parciais.....	91
CAPÍTULO 3 – REGULAÇÃO PROIBITÓRIA: VEDAÇÕES NORMATIVAS AO TRABALHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO DIREITO BRASILEIRO ...	93
3.1 Da terminologia.....	93
3.2 Do trabalho noturno, perigoso, insalubre e penoso	96
3.2.1 Trabalho noturno	97
3.2.2 Trabalho perigoso e insalubre	99
3.2.3 Trabalho penoso	101



3.2.4 Outras formas de trabalho consideradas prejudiciais à formação e ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social do adolescente.....	103
3.3 Das piores formas de trabalho infantil.....	105
3.3.1 O trabalho infantil doméstico, nos lixões e no corte de cana-de-açúcar, como três das piores formas de trabalho.....	107
3.3.1.1 Trabalho doméstico.....	10
3.3.1.2 Trabalho na coleta de lixo.....	111
3.3.1.3 Trabalho nas plantações de cana-de-açúcar.....	113
3.4 Mecanismos de combate e prevenção do trabalho ilegal de crianças e adolescentes.....	116
3.4.1 O Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil e a ação conjunta das instituições.....	117
3.4.2 Mecanismos jurídicos.....	121
3.4.3 A atuação do Ministério Público do Trabalho.....	126
3.4.4 A possibilidade de recurso à Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	128
3.5 Conclusões parciais.....	131
CAPÍTULO 4 – A REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO DO ADOLESCENTE NO DIREITO BRASILEIRO.....	133
4.1 A educação profissional do adolescente.....	133
4.2 As formas de trabalho que não constituem relação de emprego.....	138
4.2.1 O regime familiar.....	140
4.2.2 O trabalho educativo.....	144
4.2.3 O estágio curricular ou profissionalizante.....	148
4.3 O contrato de emprego e o contrato especial de aprendizagem.....	153
4.3.1 Adolescente empregado.....	154
4.3.2 A especialidade do contrato de aprendizagem.....	158
4.3.3 A relação de emprego decorrente de contrato especial de aprendizagem.....	164
4.3.4 A aplicação dos acordos e convenções coletivas de trabalho aos contratos de aprendizagem.....	173
4.3.5 Salário e férias.....	175
4.4 A aprendizagem escolar.....	177
4.5 A intermediação de mão-de-obra aprendiz por entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos.....	180
4.6 Breves considerações acerca das nulidades no âmbito dos contratos em exame.....	185
4.7 Conclusões parciais.....	188
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	191
REFERÊNCIAS.....	199
ÍNDICE ALFABÉTICO.....	207

